

**MUSEU
HISTÓRICO
NACIONAL**

Volume 28 1996

Ministério da Cultura / Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ISSN 1413-1803

Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Anais do

**MUSEU
HISTÓRICO
NACIONAL**

Volume 28

1996

An. Mus. Hist. Nac.	Rio de Janeiro	v. 28	p. 1 - 200	1996
---------------------	----------------	-------	------------	------

Ministério da Cultura

Francisco Weffort

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Glauco de Oliveira Campello

Museu Histórico Nacional

Vera Lúcia Bottrel Tostes

Equipe Técnica:

Editoração: *Cícero Antônio Fonseca de Almeida*

Maurício Ennes de Souza

Revisão: *Maria de Fátima Oliveira Pinheiro*

Maurício Siaines

Capa: *Campos Gerais/Washington Dias Lessa*

Museu Histórico Nacional (Brasil)
M986 Anais do Museu Histórico Nacional. - V.1(1940)- . -- Rio de Janeiro: O
Museu, 1941-
v. ; il.; 23 cm

Anual

Suspensa a partir do volume 26 (1975). Reiniciado em 1995 com o
volume 27.

ISSN 1413-1803

1.Arsenal de Guerra, Rio de Janeiro, RJ.2.Patrimônio Histórico e
Artístico.3.Cartografia - Portugal - séculos XVI e XVIII.4.Museus -
Antecedentes.5.Museus - História.6.Memória.7.Museu Histórico Nacional -
Brasil.8.Museologia.9.Cultura - Brasil.10.Brasil - História.11.Museu Histórico
Nacional (Brasil) - Acervo Museológico (Numismática).12.Moedas
alemãs.13.Brasil - História Militar - Século XIX.14.Numismática.15.Iluminação
- Conservação.1. Título

CDD 069.0981

Apresentação

Os artigos que compõem o volume 28 dos Anais do Museu Histórico Nacional refletem a nova linha editorial adotada, que procura abranger um número cada vez maior de assuntos referentes a Museologia e a História.

Abrir espaços não só para os trabalhos realizados por técnicos do Museu Histórico Nacional mas prestigiar também a produção de profissionais de outras instituições contribui para dinamizar os canais de informação de forma democrática e preencher lacunas editoriais que, em áreas como a museologia, são ainda muito carentes.

Temos certeza que estamos, dessa forma, contribuindo para divulgar o Museu, suas coleções e ao mesmo tempo oferecer condições para a ampliação de outras áreas de conhecimentos.

Prosseguir com mais este número, após as duas décadas de paralização, faz com que a satisfação pela edição apresentada se some um grato sentimento de dever cumprido...

Vera Lúcia Bottrel Tostes

Diretora

Sumário

Gabinetes de Curiosidades e Museus: sobre tradição e rompimento	
<i>José Neves Bittencourt</i>	7
O Papel dos Museus na Construção de Uma "Identidade Nacional"	
<i>Maria Célia Teixeira Moura Santos</i>	21
Memória, História e Coleção	
<i>Regina Abreu</i>	37
De Casa Que Guarda Relíquias à Instituição Que Cuida da Memória	
<i>Vânia Dolores Estevam de Oliveira</i>	65
Nação, História e Cultura no Brasil: um ensaio de reflexão desencantada, para uso, talvez, das instituições de patrimônio	
<i>Guilherme Pereira das Neves</i>	91
Patrimônio Cultural e Cidadania: as representações de memória nos museus	
<i>Solange Godoy e Mário Chagas</i>	105
Luz - Subsídios Técnicos Para a Conservação Preventiva	
<i>Violeta Cheniaux</i>	117
Moedas de Necessidade	
<i>Eliane Rose Vaz Cabral Nery</i>	133
Questões a Propósito do Pensamento Sobre a Guerra no Brasil, no século XIX	
<i>Antônio Luiz Porto e Albuquerque</i>	149
O Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro	
<i>Adler Homero Fonseca de Castro</i>	163
Representações Cartográficas Portuguesas Entre os Séculos XVI e XVIII Como Constructor do Saber/Poder	
<i>Angela Maria C. da Motta Telles</i>	183
Regulamento dos Anais do MHN	195

Memória, História e Coleção¹

Regina Abreu

Antropóloga, Mestre em Antropologia Social e Pesquisadora
da Coordenação de Folclore e Cultura Popular da
FUNARTE.

O Brasil precisa de um Museu onde se guardem objetos gloriosos, mudos companheiros dos nossos guerreiros e dos nossos heróis. (...) ainda era tempo duma ação salvadora, de se realizar a fundação dum verdadeiro Museu Histórico no qual se pudesse reunir para ensinar o povo a amar o passado, os objetos de toda a sorte que ele representa.”
(Gustavo Barroso, 1911)

No final da década de 60, a direção do Museu Histórico Nacional decidiu reformular o circuito de exposições, desmontando as salas dedicadas aos “grandes personagens” para dar lugar a uma história dos grandes ciclos, dos chamados processos estruturais. Nesse novo formato de museu, a ênfase recaiu numa lógica evolutiva de sucessão de períodos, onde os “personagens” se não foram completamente banidos, perderam seu caráter de exemplaridade ou deixaram de ser apresentados como protagonistas de ações espetaculares ritualmente rememoradas. Os objetos integrantes dessas grandes coleções foram reagrupados e reclassificados segundo novos critérios, onde uma atenção especial foi conferida à questão da conservação. Segundo a nova orientação, os objetos passaram a ser separados e agrupados de acordo com o tipo de material. Grandes salas chamadas “reservas técnicas” foram montadas para abrigar o conjunto do acervo sob a nova divisão, ou seja, em quatro grandes setores: acervo museológico, acervo numismático, acervo arquivístico e acervo bibliográfico.² Desse modo, as “grandes coleções” vinculadas a personagens históricos ou a trajetórias individuais foram desmembradas. Rompia-se, assim, com um modelo de museu histórico que perdurou por mais de 40 anos: um modelo essencialmente baseado nas “grandes coleções”, nos “personagens históricos” e numa relação peculiar entre o diretor, os membros da instituição e os “grandes doadores”.

Neste artigo faço algumas reflexões sobre o Museu Histórico Nacional em seu primeiro período de funcionamento. Situando-me de um ponto de vista antropológico, procuro desvendar as razões que levaram à sua fundação em 1922. A seguir, analiso o ideário que conduziu à aquisição do acervo em sua primeira fase. Acompanho a trajetória de um personagem-chave para a compreensão da estruturação do museu, seu fundador e primeiro diretor, Gustavo Barroso, que permaneceu na direção da instituição do ano de sua fundação a 1959, ano de seu falecimento, com um breve intervalo de 1930 a 1932.

Memória, História e a Problemática dos “Lugares de Memória”

Tomo como ponto de partida as distinções estabelecidas por Pierre Nora entre memória e história. Segundo o historiador francês, a memória integra a vida social, enquanto a história integra um corpo específico de conhecimentos datados, teorias, métodos e instrumentais próprios. Todas as

sociedades de todos os tempos são permeadas pela memória social. A história é uma construção da sociedade ocidental moderna, fruto da segmentação dos saberes em disciplinas relativamente autônomas, processo que ocorreu em finais do século XVIII na Europa, como um dos frutos do iluminismo.³ O exercício da memória depende apenas de uma vivência em comum, sendo também fundamental para a vida em sociedade. O exercício da história liga-se necessariamente à ação de um corpo de especialistas especialmente treinados: historiadores, museólogos, arquivistas, bibliotecários, cientistas sociais. A hipótese lançada por Nora na coleção intitulada *Lugares de memória* lançada em 1989 pela editora francesa Gallimard (Nora, 1984), é que haveria uma tendência crescente no Ocidente de esvaziamento e perda da memória seguida do aumento da percepção histórica. Com base no argumento instigante porém paradoxal de que o crescimento de instituições museológicas, arquivos, bibliotecas estaria sinalizando um esfacelamento da memória coletiva, Nora se propôs a analisar diferentes “lugares de memória” na França. Para ele, crescem o número de “lugares de memória” na mesma proporção em que a memória coletiva se esvai. Cada vez mais os países formam profissionais voltados para a preservação e a catalogação dos “fatos da memória” exatamente porque nas sociedades modernas perdeu-se a capacidade de memorizar, de passar de uma geração a outra as tradições e os costumes. Assim, técnicos especialmente treinados passaram a lembrar aos membros da sociedade, as datas que “devem” ser comemoradas, os eventos “mais importantes” da história de um país que devem ser ritualmente lembrados, os livros que devem ser lidos, os escritores consagrados que devem ser reverenciados, as fotografias raras e as gravuras antigas que devem ser apreciadas, os monumentos que devem ser preservados. As próprias regras de catalogação adotadas, os critérios de seleção para a aquisição de livros pelas bibliotecas, as políticas de aquisição de acervos em museus passaram a ser regidas por este conhecimento especializado que nada mais tem a ver com a memória no sentido lato, mas sim com a narrativa histórica. As seleções efetuadas pela memória são sempre afetivas, nunca da ordem da razão. Já as seleções regidas pela história são únicas e exclusivamente racionais. Visam a grosso modo dar conta de um grande número de informações e nunca reviver uma única experiência singular. Para isso é preciso métodos que racionalizem e otimizem o trabalho. O mundo dos “lugares de memória” é regido pela lógica da eficácia e da eficiência, nunca pela lógica do sentimento e da ideologia. Para Nora, nos “lugares de memória” a tendência é a conservação de fragmentos de memórias coletivas que aos poucos vão se perdendo, muitos já destituídos de seu sentido original.

Segundo Nora, um dos últimos baluartes da memória coletiva na sociedade ocidental moderna é a chamada “memória nacional”, onde movidos por uma memória comum (a memória da nação), os indivíduos revisitam ritualmente experiências que tocam a todos, reforçando laços de identidade. A hipótese

que estou desenvolvendo com relação ao Museu Histórico Nacional é que no período de fundação predominou o exercício da memória, especialmente da memória nacional. Situado num lugar emblemático, berço de fundação da cidade, o museu reuniu em seus primeiros anos objetos com a finalidade de evocar a memória nacional e forjar uma consciência cívica. Além disso, abrigou também acervos que sintetizavam memórias coletivas e familiares, as chamadas “grandes coleções”, das quais a coleção Miguel Calmon é um caso exemplar.

Ao me situar numa perspectiva antropológica para refletir sobre uma instituição museológica e o tema da crescente oposição entre memória e história, encontro-me certamente numa posição privilegiada, pois desfruto do distanciamento necessário para pensar sem constrangimentos. Assim, quero deixar claro que não pretendo com este artigo fazer a defesa apaixonada desta ou daquela orientação no que tange a uma política de aquisição, guarda e conservação de acervo. Menos ainda pretendo defender a “era das grandes coleções” ou dos “grandes personagens históricos”. Mas também não vou engrossar as fileiras daqueles que primam pela crítica aos métodos utilizados pelo primeiro diretor do museu, quando efetivamente por meio da persuasão e das “boas relações”, Gustavo Barroso fez do museu uma “sociedade de corte” centrada na sua figura. Meu objetivo consiste em desvendar a lógica de um sistema que foi implantado e consolidado durante 40 anos e que funcionou como um modelo para a museologia brasileira. Procuro mostrar como múltiplas relações estavam em jogo. E, se de um lado, os “grandes doadores” desfrutavam de privilégios chegando a merecer no museu salas especiais onde podiam ordenar e dispor sobre os objetos doados, por outro lado, as “doações” eram de uma generosidade impensável em nossos dias. A coleção Miguel Calmon por exemplo ainda hoje impressiona a todos pela quantidade e qualidade dos objetos doados que incluem lustres, tapeçarias, móveis, quadros, bronzes, jóias, enfim, objetos não apenas com valor histórico ou simbólico, mas com valor de mercado. Se os herdeiros de um conjunto de objetos deste porte podiam angariar uma soma considerável com a sua venda porque optaram pela doação a uma instituição pública voltada para a exposição de objetos relativos à História do Brasil? Questões como esta precisam ser respondidas antes de nos aventurarmos a demolir este passado. Afinal, a Antropologia nos ensina a olhar com mais cuidado para os diferentes pontos de vista, principalmente quando eles não são os nossos pontos de vista. Gustavo Barroso, Alice da Porciúncula Calmon du Pin e Almeida (a doadora da Coleção Miguel Calmon), Sophia Magno Jobim (titular de uma grande coleção de indumentária), Nair de Carvalho, Barão Smith de Vasconcelos e muitos outros personagens do museu em sua primeira fase certamente não pensavam como a maior parte dos técnicos do museu em nossos dias. Por isso mesmo e, sobretudo, porque

a realidade é infinitamente mais rica do que a nossa capacidade de interpretação e apreensão é que é preciso ter cautela com as análises apressadas e as mudanças radicais.

Este artigo tem pois a finalidade de contribuir para a ampliação do debate em torno do tema da relação entre a história e a memória coletiva, propondo uma leitura de fatos da história recente. Estou convencida de que o acervo adquirido no período em questão, formado principalmente pelas chamadas “grandes coleções” constitui um manancial fabuloso para o conhecimento de nossa própria sociedade e que sua fragmentação sem uma estratégia adequada para a recuperação das informações nele contidas representa um sério risco de perda de memória. Gostaria de reivindicar a urgência de um lugar para a pesquisa em torno do tema memória e museus que mantenha algum distanciamento com relação aos debates internos que hoje são travados nas instituições museológicas. Acredito que hoje, passados mais de 60 anos da fundação deste que sem dúvida é um dos maiores museus brasileiros, já exista a possibilidade de uma reflexão sobre o que ali se produziu.

Uma Casa-Memória Para a Nação Brasileira

O Museu Histórico Nacional foi criado em 1922, ao final da Exposição Comemorativa do Centenário da Independência pelo Decreto Presidencial nº 15.596, de 2/8/1922.⁴ O próprio presidente Epitácio Pessoa presidiu a solenidade de fundação, demonstrando o interesse do governo federal pela criação de um lugar destinado à guarda e à exibição permanente de objetos significativos para a formação da nação brasileira. Do velho Passeio Público até a Ponta do Calabouço, estendia-se a exposição por 2.500 metros. Na sua primeira parte, na Avenida das Nações, alinhavam-se os palácios das representações estrangeiras. Ao fim dessa avenida, o antigo Forte do Calabouço emergia completamente transfigurado, compondo a segunda parte da mostra, onde se erguiam os palácios brasileiros. O Rio de Janeiro vivia um momento de festa, estreando sua fachada neocolonial. Meses antes, a cidade passara por obras de grande vulto, que procuraram dar à capital da República uma feição civilizada. Dessas obras, a de maior impacto foi a derrubada do Morro do Castelo, que as autoridades governamentais consideravam resquício de um passado colonial, lugar “habitado por uma população pobre, e envolvido em uma aura de misticismo, magia e superstição.”⁵

Quais os motivos que, naquela ocasião, levaram o governo federal a criar um museu histórico de amplitude nacional?

Em primeiro lugar, a criação do Museu Histórico Nacional representou uma continuidade da própria Exposição do Centenário e tudo aquilo que ela representava. Exposições universais vinham sendo realizadas desde me-

dos do século XIX, principalmente na Europa. O objetivo central desses certâmens consistia em exibir as “maravilhas da civilização burguesa” e difundir os ideais de progresso e civilização.⁶ O primeiro evento desse tipo ocorreu em Londres, em 1851, no interior de um palácio de cristal construído especialmente para abrigar a mostra. Seguiram-se vários outros, destacando-se a exposição comemorativa do centenário da Revolução Francesa, em 1889, quando a Torre Eiffel foi edificada.

A partir de a segunda metade do século XIX, a ideologia do progresso arregimentou no Brasil os seus apóstolos, a começar pelo próprio imperador D. Pedro II que, personificando a unidade e a tradição do Estado nacional brasileiro, vinculou sua imagem também à introdução da modernidade nos trópicos. O Brasil participou assiduamente das exposições universais. Essa participação era precedida por exposições nas províncias, seguidas por exposições nacionais, onde um levantamento sistemático das forças produtivas e dos bens produzidos na nação era efetuado. Até o fim da monarquia, o Brasil já havia participado das exposições universais mais importantes ocorridas no Ocidente, como a de 1862, em Londres, a de 1867, em Paris, a de 1873, em Viena, a de 1876, na Filadélfia, e a de 1889, em Paris. Na exposição ocorrida na Filadélfia comemorava-se o centenário da nação americana, e, nessa ocasião, D. Pedro II recebe uma homenagem, sendo coroado. O governo imperial promoveu ainda a realização de exposições no Brasil.

No contexto das exposições universais, a história nacional representava um componente altamente valorizado. Os países que promoviam as mostras geralmente elegiam e celebravam efemérides de suas respectivas histórias nacionais. Não eram poucos os intelectuais que, nesse período, atribuíam à história o papel de pedagoga de uma nacionalidade. Acreditavam que o grau de cultura e coesão nacional de um povo podia ser medido pela intensidade do culto a datas históricas e vultos notáveis. Em 1919, Graça Júnior publicou um folheto intitulado “Da Comemoração da Grande Data Nacional. Uma idéia útil e prática”: “Pode-se bem aferir da cultura e da coesão nacional de um povo pelo maior ou menor fervor com que esse mesmo povo cultiva as suas grandes datas históricas e venera os vultos notáveis que mais têm contribuído para a prosperidade, para o progresso e para a grandeza da pátria.”⁷

Por intermédio da imprensa, alguns intelectuais argumentavam em favor da edificação de lugares de memória para a moderna nação brasileira. Já no início deste século, o escritor Gustavo Barroso lançou-se numa campanha pela criação de um museu histórico, escrevendo uma série de artigos. “Ainda era tempo,” dizia ele, “duma ação salvadora de se realizar a fundação dum verdadeiro Museu Histórico no qual se pudesse reunir, para ensinar o povo a

amar o passado, os objetos de toda a sorte que ele representa.” Outro artigo assinalava: “O Brasil precisa de um Museu onde se guardem objetos gloriosos, mudos companheiros dos nossos guerreiros e dos nossos heróis.”⁸

Em 1922, o governo republicano buscava, com a criação do Museu Histórico Nacional, resgatar o passado como constitutivo básico da nacionalidade. A idéia de nação pressupunha uma história, um passado. E o Museu Histórico Nacional, situado numa área histórica do país, parecia ser o local adequado para preservar os documentos e os objetos capazes de evocar o passado nacional.

Um outro motivo para a criação do Museu Histórico Nacional relacionou-se aos protestos gerados pela derrubada do Morro do Castelo. Apesar de resquício de um passado colonial que se queria ocultar, o Morro do Castelo representava também o berço da ocupação da cidade. Sua derrubada provocou acirradas polêmicas. A destruição de um dos monumentos vivos da memória nacional levantava a suspeita de que os brasileiros eram pouco apegados à própria história. A criação de uma casa-memória para a moderna nação brasileira ao final da Exposição do Centenário sinalizava para uma tentativa do governo federal de se redimir perante a opinião pública.⁹

Do ponto de vista de uma História dos museus brasileiros, a criação do Museu Histórico Nacional, em 1922, constituiu-se num divisor de águas entre os museus enciclopédicos, que deveriam dar mostras de todo o conhecimento humano, - como assinalou Von Hering, diretor do Museu Paulista, em 1895¹⁰ -, e um conjunto de museus criados posteriormente, vinculados à temática da brasilidade, especialmente da História e da Arte nacionais.

O museu do tipo enciclopédico atingiu seu apogeu no período entre o final do século XIX e meados dos anos 20. Essa instituição cumpria papel relevante enquanto local de ensino e de produção científica.¹¹ O grande paradigma era o evolucionismo, e, sob essa égide, os museus problematizavam a temática da evolução das espécies. Em geral, abrigavam coleções que representavam indistintamente variedades da flora, da fauna e de espécie humana. Segundo Schwartz, “os museus transformam-se aos poucos em depósitos ordenados de uma cultura material fetichizada e submetida a uma lógica evolutiva. Comparar, classificar, concluir eram as grandes metas desses cientistas, verdadeiros filósofos viajantes que, financiados por museus e outras instituições européias, vinham a terras distantes e exóticas, como o Brasil, em busca de coleções (...)”.¹²

O Brasil era palco de viagens e excursões de naturalistas estrangeiros que aqui coletavam vestígios de culturas em extinção. Evidentemente, consideravam que esses vestígios estariam mais bem preservados nos museus metropolitanos. Desse modo, “até meados do século XIX, toda a ciência era

feita por viajantes estrangeiros que para cá vinham exclusivamente para coletar.”¹³ Nos últimos anos do século XIX, esse quadro sofreu alterações significativas. Segundo F. de Azevedo, citado por Schwartz, vários centros de intelectuais, tomando por base a teoria da evolução, partiram para um trabalho de reelaboração das teorias européias em função do contexto específico brasileiro, pensando em sua aplicação local.

É nesse período que entram em atividade três dos maiores museus brasileiros: o Museu Paraense, fundado por Emílio Goeldi, em 1885, o Museu Paulista, dirigido pelo cientista alemão Hermann Von Hering, em 1893, e o Museu Nacional, criado em 1818, que passa por grandes transformações sob a direção de Batista Lacerda (1895-1915).¹⁴ A perspectiva enciclopédica, evolutiva, comparativa e classificatória marcou essas instituições.

Com o Museu Histórico Nacional passou a existir no país uma instituição museológica consagrada à nação brasileira de um ponto de vista histórico. O objeto privilegiado consistia no processo de construção do Brasil enquanto nação independente. Nas palavras de um colaborador de Gustavo Barroso, o “Museu Histórico Nacional (...) surgiu numa fase em que se comemorava o primeiro centenário da nossa emancipação política. As festas da Independência levaram o governo à convicção de que constituía lacuna imperdoável a falta de um departamento oficial que (...) marcasse episódios das nossas glórias do passado.”¹⁵ A proposta de um museu histórico nacional distanciava-se, portanto, dos museus enciclopédicos dedicados à temática da evolução dos seres vivos, em especial, da espécie humana. Seu principal objetivo era tratar de uma outra evolução, a evolução da chamada nação brasileira.

Culto da Saudade

Ao nomear Gustavo Barroso para dirigir o Museu Histórico Nacional, o presidente Epitácio Pessoa cumpriu as normas de um ritual consagrado pelas instituições políticas brasileiras, onde as oligarquias se revezavam no poder, trocando cargos, honrarias e privilégios. As ligações de Gustavo Barroso com Epitácio Pessoa já vinham de longe, ambos egressos de tradicionais famílias do Norte.¹⁶ Os laços entre Gustavo Barroso e Epitácio Pessoa haviam se estreitado particularmente quando, em 1919, Gustavo Barroso, então com 31 anos, e já com sete livros publicados, seguiu como secretário da delegação brasileira à Conferência de Paz, em Versalhes, chefiada pelo futuro presidente Epitácio Pessoa.¹⁷

Gustavo Adolfo Luiz Guilherme Dodt da Cunha Barroso nasceu em Fortaleza, no Ceará, no dia 29 de dezembro de 1888, filho de Antônio Felino Barroso, membro de uma tradicional família do norte, e da alemã Ana Dodt Barroso. Órfão de mãe aos sete dias de nascimento, foi criado por uma tia

paterna que lhe ensinou as primeiras letras. Em 1898, ingressou no Colégio Partenon e, no ano seguinte, transferiu-se para o Liceu do Ceará, ambos em Fortaleza, formando-se em 1906. Nesse mesmo ano, publicou seu primeiro artigo no periódico cearense *Jornal da República*. Bacharelou-se em Direito, em 1910, no Rio de Janeiro. Atuou como jornalista, advogado e escritor. Filiou-se ao Partido Republicano Federal, em 1912, onde permaneceu até 1918, tendo sido eleito deputado federal pelo Ceará, em 1915. Em 1922, foi nomeado diretor do Museu Histórico Nacional e, em 1923, ingressou na Academia Brasileira de Letras. Em 1933, aderiu à Ação Integralista Brasileira (AIB), organização fundada por Plínio Salgado, que, ainda nesse ano, se transformou em partido político. Participou da conspiração e do levante integralista de 1938.¹⁸ Com o recrudescimento de manifestações de repúdio ao integralismo, em 1942, devido à entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado das forças aliadas, Barroso distanciou-se da política, passando a dedicar-se às atividades de escritor, intelectual e diretor do Museu Histórico Nacional. Faleceu em 1959.

Caricaturista, romancista, poeta, teatrólogo, tradutor e ensaísta, Gustavo Barroso foi um expressivo intelectual, de origem e formação católica. Seus biógrafos assinalam o carisma, a capacidade de reunir em torno de si inúmeros adeptos para suas idéias, a espantosa produção literária de quase uma centena de volumes. O pensamento de inclinação conservadora caracterizou a produção intelectual desse homem considerado infatigável pelos amigos.

Com relação ao Museu Histórico Nacional, pode-se dizer que o primeiro diretor da instituição foi também seu principal ideólogo. De 1922 a 1959, com um breve intervalo de 1930 a 1932, período em que esteve à frente da instituição, o ideário por ele defendido foi decisivo para a formação e a consolidação de uma política oficial que se refletia principalmente na aquisição dos objetos. Nesse ideário, tradição era uma categoria-chave, associando-se notadamente à idéia de passado. O tempo passado, entendido como antiguidade, conferia legitimidade às coisas e aos homens. Em livro autobiográfico, o próprio Barroso citou uma conversa com seu pai, onde repetia seus ensinamentos: “Os nomes das ruas duma cidade, meu filho, refletem a sua vida e resumem a sua história. É um erro, senão um crime, mudá-los a cada passo, sobretudo para homenagear individualidades passageiras. Destroí-se a tradição que deve ser sagrada porque é a alma de uma Pátria. Não pode haver pátria sem tradição.”¹⁹ Barroso atribuía um valor positivo à categoria tradição, prezando “o amor ancestral à tradicionalidade”. Traçando sua genealogia, vinculava tradição à origem familiar. Citava seus avós paternos como homens de “prestígio e fidalguia”, cujos nomes “projetavam-se no cenário provincial

e no cenário nacional, nas letras, na política e nas armas". Assinalava que a estirpe de seu avô materno "se prendia à velha nobreza de Walsrode", na Alemanha.

O diretor do Museu Histórico Nacional percebia-se como sucessor de fundadores da nacionalidade, utilizando enfaticamente a expressão povoadores iniciais para marcar a distinção de seus ascendentes com relação às novas populações que se haviam formado na região do Norte do país. "(...) meu bisavô, o velho João da Cunha Pereira, capitão-mór dos índios da Paupina, depois Mecejana (...) era pernambucano, nascido em Goiana, mas da grande e antiga família dos Cunha, povoadora do Vale do Jaguaribe. Minha bisavó descendia dos Lages, que também haviam sido os povoadores iniciais do Ceará Grande, como então se dizia para diferenciar do Ceará Mirim ou Ceará Pequeno, região do Rio Grande do Norte. Meu avô paterno era o capitão José Maximiano Barroso, considerado no começo do século, como sendo o homem de mais prestígio e fidalguia do Aracati. Os nomes de Fidelis e Liberato Barroso projetavam-se no cenário nacional de letras, na política e nas armas." ²⁰

Barroso atribuía grande peso à origem e formação familiar na constituição de suas crenças. *Relata ter sido bastante influenciado por uma tia que o criou, irmã mais velha de seu pai. "(Ela) tinha bastante leitura e o espírito romântico da cultura de 1860. Falava muito em Lamartine, em Victor Hugo, na Revolução Francesa, em D. Pedro II, Joaquim Nabuco e Maciel Monteiro."*²¹

Em sua vasta obra literária, especialmente nos estudos de Folclore, incorporou idéias do romantismo alemão, movimento surgido na Alemanha em finais do século XVIII, tendo também se dedicado ao tema da construção da identidade nacional.²² A categoria do Norte assinala em Barroso mais do que uma região de origem. Assinando-se sob o pseudônimo João do Norte, o escritor usava essa categoria como indicativa de pertencimento a um grupo, marcando uma identidade regional. Nessa direção, consagrou grande atenção a estudos de costumes regionais. Um de seus livros mais famosos intitula-se *Terra do Sol (Naturezas e Costumes do Norte)*.

A categoria tradição era utilizada por Barroso também para conferir legitimidade a um grupo social. Referindo-se ao critério de antigüidade, buscava compor, por meio da reconstituição sistemática do passado dos indivíduos (as árvores genealógicas), um grupo social cuja identidade era definida pela idéia de nobreza e fidalguia. Esse grupo social era concebido como um todo indivisível e distinto dos demais por uma questão de substância: o sangue. As árvores genealógicas constituíam sua metáfora por excelência, onde uma mesma substância percorria da raiz ao tronco, aos galos, aos frutos. Sob a égide da tradição, a nação era concebida como uma construção cujas bases teriam

sido edificadas num passado remoto, a que a República apenas dava continuidade. Barroso opunha-se aos que viam na República uma ruptura com relação ao Império. Privilegiava o aspecto de permanência (em detrimento da mudança) em sua construção histórica da nacionalidade. Desse modo, buscava recuperar os elos que interligavam passagens do todo nacional na linha do tempo. Nessa construção, eram atribuídos valores a períodos considerados notáveis (Barroso referia-se ao Império como “meio século de bondade”).

É nítida em Barroso a predominância de uma concepção ética da História. A História mestra da vida onde exemplos são retirados do passado com o objetivo de ensinar, transmitir ou afirmar valores no presente.²³ Essa vertente antiga de história algumas vezes combinava-se com o modelo moderno de uma história realista, factual e narrativa. Principalmente quando Barroso procedia a estudos de peças museológicas, buscando comprovar a autenticidade e fixar as características dos objetos.²⁴

Significativamente, o mesmo decreto presidencial que criou o Museu Histórico Nacional revogou o banimento da família imperial. Esse fato não passou despercebido ao primeiro diretor do museu. Em texto escrito para os jornais, Gustavo Barroso enunciava uma visão restauradora (o culto da saudade), demarcando distância com relação aos republicanos positivistas. Fazia questão de elogiar a atitude do presidente Epitácio Pessoa, radicalmente diversa - no seu entender - dos governos anteriores. O presidente Epitácio Pessoa “instituiu o culto da saudade”, enquanto o “estreito sectarismo positivista” se tinha esforçado por “matar as tradições”.

“Para felicidade nossa, acabou-se no Brasil a era do descaso pelo passado. Coube ao Exmo. Sr. Presidente Epitácio Pessoa a glória de ter instituído no seu país natal, cujas tradições o estreito sectarismo positivista se tem esforçado por matar, o culto da saudade. Ele o iniciou, revogando o banimento da Família Imperial e fazendo com que viessem repousar na Pátria querida as cinzas daquele que, durante meio século de bondade, dirigira seus destinos. Ele o cimenta instituindo o Museu Histórico, que custodiará as lembranças mais importantes de nossa vida militar, naval, política e social, durante os mais notáveis períodos. E ele terminará a obra fazendo renascer a estrela de cinco pontas dessa ordem genuinamente nacional do Cruzeiro, que brilhou sobre o largo peito dos nossos heróis.”²⁵

Barroso referia-se fundamentalmente ao projeto messiânico dos primeiros governos republicanos, que ensaiaram uma ruptura com o passado. O banimento da família imperial representou o ponto de partida de um projeto de dissolução. Com o objetivo de pulverizar a memória do Império, o governo republicano anunciou, em 1890, um grande leilão de todos os bens da família imperial a ser realizado no Paço de São Cristóvão. Após acalorado

debate pela imprensa, onde simpatizantes de D. Pedro II reagiram à idéia do leilão, esse terminou ocorrendo em 13 etapas diferentes, com objetos que iam desde bibelôs até peças de mobiliário e um carro fúnebre.

“Na tribuna de 22 de agosto de 1890, um artigo pedia, em nome da nação brasileira, a atenção do chefe do governo provisório para o ofício dirigido pelo advogado Sr. Dr. Silva Costa, ao Sr. Ministro de Instrução Pública, Correio e Telégrafos, relativamente à venda arbitrária e forçada dos bens da Família Imperial, da qual, menciona que o Sr. Marechal Deodoro, hoje chefe do Governo, a depor a monarquia, não o obrigam aos atos de violenta prepotência contra a pessoa e bens do venerando chefe da família deposta.”²⁶

O público que participou dos leilões em São Cristóvão era constituído por “curiosos, amadores de objetos de arte, capitalistas, amigos da família imperial, donos de belchiores e ferros-velhos na cidade.” Todos “tinham o seu objetivo, uns velando a segurança do novo regime, outros em busca de objetos que lembrassem a realeza. Outros, ávidos na aquisição de peças que, por qualquer preço, seriam vendidas”.²⁷

Contudo, o governo republicano não logrou seu intento. As peças da família imperial configuravam emblemas, sintetizando valores de uma visão de mundo aristocrática. Especialmente os bens associados ao próprio imperador D. Pedro II, como objetos de uso particular, pinturas, retratos. Os amigos da família imperial adquiriram muitas dessas peças, afirmando o culto à nobreza e ao imperador. Muitos deles presentearam outros amigos da família imperial com bens adquiridos nos leilões, acionando um circuito de trocas simbólicas entre si que perdurou ao longo dos anos. Garantiram com isso a atualização do passado e a preservação dos valores tradicionais investidos nesses objetos.

Muitos dos objetos adquiridos no leilão do Paço de São Cristóvão terminaram por serem alocados definitivamente no Museu Histórico Nacional ou, posteriormente, no Museu Imperial de Petrópolis, como resultado de doações dos herdeiros dos amigos da família imperial. O próprio Gustavo Barroso concorreu em muito para que essas doações se efetivassem. O culto da saudade apregoado pelo primeiro diretor do Museu Histórico Nacional, revelava uma de suas faces: valorização do Império e da chamada “nobreza brasileira”.

“Foi arrematado pelo Sr. Luiz Machado uma mobília composta de 17 peças de jacarandá (...). Essa mobília veio a ser mais tarde doada pelo Conde Modesto Leal e por intermédio de sua filha, Dona Aurea Leal Rocha Miranda, entregue ao Museu Imperial, em Petrópolis.”²⁸ (25)

“Um lombinho de couro (...) que serviu no cavalo em que montou D. Pedro II na rendição de Uruguaiana, foi vendido (...) ao Sr. Fortunato da Fonseca, residente em Portugal e que, em 1922, vindo assistir ao centenário da Independência do Brasil, ofereceu-o ao Museu Histórico Nacional.”²⁹

Foi durante a regência de Gustavo Barroso que se configuram a formação do acervo e a consolidação da instituição. A maioria das peças foi adquirida nessa fase. Ao tomar posse, o escritor já havia elaborado listas com os objetos que desejava incluir no museu. Barroso apregoava que se reunissem no museu objetos de toda sorte “para ensinar o povo a amar o passado”. Assim, enumerava cada objeto e o local onde podia ser encontrado: “no Arquivo Nacional há a cadeira ou o trono em que o Imperador se sentava no Senado, um capacete da Imperial Guarda de Honra de D. Pedro I e outras relíquias; na igreja da Cruz dos Militares se acham feixes de bandeiras tomadas aos paraguaios; no Museu Naval estão os canhões do Forte do Príncipe da Beira; nas estrebarias do Ministério da Guerra existe o velho carrinho em que Osório fazia suas campanhas.” (27)

Por meio de decreto presidencial, muitos desses objetos foram transferidos para o museu. Quais os significados desses objetos? O que o primeiro diretor do museu queria com eles evocar? Relíquias, em estreita vinculação com fatos e personagens da História do Brasil, destinavam-se à função educativa: “ensinar o povo a amar o passado”, procurando reforçar os laços dos indivíduos com a nacionalidade.³⁰

Contando uma História do Brasil

Em que consistia a reconstrução do passado enunciada pelo Museu Histórico Nacional? Qual História do Brasil era ali contada?

Na reflexão que estamos fazendo em torno da relação memória / história e a finalidade do museu em seu primeiro período concluímos que predominava na instituição o “museu-memória”. O objetivo que determinou a aquisição do acervo foi o do conteúdo evocativo das peças. Os objetos deveriam despertar nos indivíduos a lembrança de acontecimentos significativos para a formação nacional. Esse poder de evocação só alguns objetos detinham. Gustavo Barroso escolhia-os a dedo: a espada usada por D. Pedro I no “Grito do Ipiranga”, os dormentes que serviram para o enforcamento de Tiradentes, o carrinho em que Osório fez sua campanha, e assim por diante. Os objetos eram relíquias e o museu um templo sagrado da memória nacional. Quanto maior a aura do objeto maior o seu valor no contexto do “museu do Barroso”. Mas uma questão era crucial: a atribuição do valor simbólico desses objetos estava indissociavelmente ligada ao discurso da memória nacional. Nenhum desses objetos teria importância e valor fora desse discurso. Para que servem

dormentes de madeira que inclusive em algumas partes encontram-se em decomposição se lhe forem retiradas informações como a de que foi com aquela madeira, exatamente aquela, que Tiradentes - o precursor da independência do Brasil -foi enforcado? De que servem fotografias que se despedaçam nos arquivos se não soubermos que são fotografias do segundo imperador do Brasil quando jovem? Para que guardar uma bandeira cheia de traças se não informarmos a quem a observa que aquela era a bandeira do Império brasileiro? Quem não atiraria ao lixo figuras de proa de antigos navios já completamente quebradas se não soubesse que essas figuras foram trazidas como troféus de guerra pelos soldados brasileiros que combateram durante a guerra do Paraguai?

Um museu voltado para o propósito de manter viva a memória nacional não era exatamente um museu onde o conceito moderno de história vigorasse. Pelo contrário, um museu desse tipo era compatível apenas com a vertente antiga ou clássica de história. Antes de se fundar no tempo como um continuum, antes de estabelecer uma linha evolutiva, o museu estabelecia seu discurso sobre a base do chamado "espaço de experiências" onde histórias excepcionais, extraordinárias, exemplares eram contadas e associadas às relíquias históricas com o objetivo de solidificar os laços entre os indivíduos em torno da identidade nacional.

Em alguns casos o conceito moderno de história aparecia embrionário e nesses casos havia uma combinação peculiar dos modelos clássico e moderno de história com forte predominância do primeiro. Essa combinação peculiar entre os dois modelos estavam presentes na construção de uma linha evolutiva da nação que se refletia na organização das salas de exposição: "Colônia (sala D. João VI); 1º e 2º Reinados (salas D. Pedro I e D. Pedro II); República (sala Deodoro); Marinha (Tamandaré); Paraguai (Duque de Caxias) (...)" (Dumans, 1940: 215). Nessa organização, havia claramente a intenção de fixar períodos a partir de marcos políticos relativos ao estabelecimento do país enquanto nação independente. Entretanto, essa periodização conviveria com o resgate de momentos significativos, o culto a épocas do passado e, principalmente, a nostalgia do Império, freqüentemente observada. As épocas históricas seriam evocadas não no sentido de estabelecer a verdade, mas de afirmar valores, como se pode observar na descrição do conservador Dumans sobre as salas dedicadas à Colônia e ao Império.

"Noutras salas, os retratos da época colonial e dos 1º e 2º Reinados; o de D. Carlota Joaquina; e de Dona Escolástica, e o de sua filha, a Marquesa dos Santos, favorita de D. Pedro I; o de D. Luiz de Vasconcelos e Souza, ilustre vice-rei; o de D. João VI; o de D. Pedro I, D. Pedro II e D. Maria I; o dos grandes Generais Osório e Caxias; maquete das estátuas dos imperadores D. Pedro I e D. Pedro II, da imperatriz D. Thereza Christina, princesa

Izabel e outras muitas produzem impressão duradoura, *revelam um passado tranqüilo e magnífico*, revivendo flagrantes materializados de eras brasileiras.” (Dumans, 1940: 215) (os grifos são meus)

Essa galeria de personagens reforçava a idéia de uma história mestra da vida, onde o passado com seus exemplos revelava ensinamentos para as ações no presente. Essa concepção atualizava-se numa ênfase no chamado “papel educativo do Museu Histórico Nacional”, que mereceu espaço extenso e significativo nos artigos dos *Anais do Museu Histórico Nacional*, publicação oficial que circulou regularmente de 1940 a 1975.

Na visão do conservador Sigrid Porto de Barros, os objetos seriam testemunhos de épocas determinadas, portando conhecimento transmissível. Eles permitiriam a concretização dos fatos narrados em aula”, a vivência do passado por parte dos alunos e, sobretudo, a “formação do espírito cívico”, “de idéias patrióticas e humanitárias”. O Museu Histórico Nacional, no seu entender, devia oferecer “um conjunto vivo que, a par de detalhes artísticos e técnicos, favorecesse sobremodo o ensino da História, proporcionando aos alunos um conhecimento básico da época em que vivem, tornando-os capazes de compreender que o presente é consequência do passado e a importância da causalidade em História.” (Barroso, 1948: 48-72)

O passado (por meio dos objetos) ensinaria sobre o presente (*História magistra vitae*). A função dos museus seria a transmissão dos valores da civilização a todos os povos. Particularmente num museu de história, a educação assumiria um fim prático “visando precipuamente à formação da consciência patriótica”. Idealmente, o museu seria importante auxiliar do Estado nacional em seu objetivo de transformar o conjunto dos habitantes de um território em cidadãos referenciados à nação, como constitutivo básico de suas identidades. Com essa finalidade prática e política enunciada, a história como mestra da vida seria enfatizada no Museu Histórico Nacional. A formação da consciência cívica seria ultimada “através da narrativa dos episódios mais importantes e dos exemplos mais significativos dos principais vultos do passado nacional”. Os conservadores procuravam atrair para o museu “associações ou entidades trabalhistas” e, principalmente, as “escolas públicas”, onde estariam os estudantes de menor nível sócio-cultural. A “mensagem cultural” do Museu Histórico Nacional era também “niveladora”, no sentido de forjar os cidadãos conscientes do “dever cívico de amar e respeitar a pátria”, ou seja, de se tornarem, acima de suas diferenças culturais, brasileiros.

A principal característica da História do Brasil enunciada pelo Museu Histórico Nacional, que demarcava um campo próprio, era a ênfase atribuída à relação de continuidade do Brasil enquanto nação com o Estado patrimonialista português. Barroso preocupou-se, como assinalou a historiadora Miriam

Sepúlveda dos Santos, em “estabelecer uma marca nacionalista com base no culto às tradições estabelecidas pelo modelo centralizado e hierárquico do Estado Imperial implantado por Portugal no Brasil e pela valorização de uma etnia peculiar, autóctone, que incorporava negros, índios e mestiços, ainda que através de uma representação paralela - a do folclore nacional, o qual não ocupava espaço privilegiado no Museu Histórico Nacional” (Santos, 1989: 25).

Uma visão hierárquica de sociedade estruturava-se basicamente pela demarcação entre as elites e o povo. As elites aparecem associadas originalmente ao Estado Imperial, enquanto o povo seria caracterizado pela idéia de amálgama singular entre as raças, básico para a construção de uma identidade nacional. Barroso pretendia recolher ao Museu Histórico Nacional os objetos representativos das elites - “*Leit* ou *Leyt*, a Elite, o escol, a nata, isto é, os guerreiros capazes de combater” (Barroso, 1935: 20). Considerava importante criar um museu destinado à preservação dos objetos representativos do povo: um museu folclórico ou ergológico - “*Folk* ou *Volg*, povo, o vulgo, os que acompanham” (Barroso, 1935: 20). Chegou até a escrever artigos sobre o assunto, entre os quais “O Museu Ergológico Brasileiro: o desenvolvimento dos Estudos Folclóricos em Nosso País”, para os *Anais do Museu Histórico Nacional*, de 1942.

A História do Brasil para Barroso tem início em 1808, quando a Coroa Portuguesa institui o Reino Unido de Portugal e Algarve. Sob a ótica de Barroso, o Estado Imperial teria forjado a nação brasileira, unificando os brasileiros e demarcando as principais fronteiras. A tradição brasileira - que deveria ser preservada e cultuada - havia sido estabelecida pelo Império. Assim, como também observou Santos, o Museu Histórico Nacional, sob a direção de Barroso, recolheu principalmente objetos associados ao Estado Imperial e não às novas aquisições da República. Barroso opunha-se mesmo a algumas medidas republicanas, como a “descentralização” dos estados que a República promoveu.

Em linhas gerais, é possível assinalar divergências entre a construção histórica de Barroso e a construção histórica que a República, em seus primeiros anos, procurou consolidar. A Proclamação da República implicou a invenção de uma tradição republicana, para usar expressão do historiador inglês Eric Hobsbawm. Personagens como Tiradentes foram retirados do limbo do esquecimento para serem glorificados como precursores da nação republicana. Essa orientação almejava forjar uma tradição republicana para a nação, enfatizando a descontinuidade da República com relação ao Império (Carvalho, 1990). Barroso, em contraposição, seguia a tendência que fundamentava as bases da tradição nacional no Império.

No Museu Histórico Nacional, o culto à tradição implicou o culto a pessoas exemplares, capazes de personificar essa tradição. O Museu Histórico Nacional tendia a restaurar, conservar e legitimar o papel do Império e da nobreza brasileira no processo de formação da nacionalidade. Corporificando a idéia de monarca esclarecido, D. Pedro II, por exemplo, era apresentado como uma dessas pessoas exemplares. O culto à pessoa exemplar tanto no caso do Imperador quanto no de outras pessoas eleitas como tal, estruturava-se por meio dos objetos a ela relacionados. Walter Benjamin sugere que, nesse sentido, seja utilizado o conceito de aura. “A ‘aura’ de um objeto está associada a sua originalidade, a seu caráter único e a uma relação genuína com o passado.” Benjamin reserva as noções de singularidade (*uniqueness*) e permanência para designar esses aspectos, em contraste com a reprodutibilidade e a transitoriedade dos objetos ‘não-auráticos’. “Estes últimos, exatamente por serem reproduzidos e transitórios, não guardam qualquer relação orgânica e real com um passado pessoal e coletivo” (Gonçalves, 1988: 265-266).

Havia também grande preocupação com a origem das peças (autenticidade) e a relação das peças com o possuidor originário ou com o doador que a conservou por seu valor simbólico. Essa relação estreita, possuidor-original-doador-objeto reforçaria a aura do objeto, quase sempre associado a alguma grande personalidade ou pessoa exemplar. Após ter ingressado no museu, o objeto permaneceria, desse modo, associado ao possuidor original e/ou ao doador, como representação particular da pessoa além da morte, uma relíquia. O doador, nesse contexto, seria também um primeiro conservador, pois, percebendo certo valor simbólico no objeto, teria decidido conservá-lo, para mais tarde depositá-lo num museu de sua confiança, uma instituição capaz de conservá-lo para a eternidade. A relação entre museu e doador seria de confiança recíproca, e, com a conservação dos objetos, procurar-se-ia assegurar a conservação daquilo que eles estariam simbolizando.

O Museu Histórico Nacional destinava-se a “guardar e expor as relíquias do nosso passado, cultuando a lembrança dos nossos grandes feitos e dos nossos grandes homens”. (*apud* Dumans, 1947). O conservador Dumans atribui o sucesso da iniciativa de criação do Museu Histórico Nacional à legitimidade adquirida por Barroso nos meios oficiais e nas elites sócio-econômicas. As boas relações de Barroso com presidentes, como Epitácio Pessoa e Getúlio Vargas, associadas a seu talento e habilidade, teriam sido fatores decisivos. Além disso, menciona o “louvável interesse do público”, “não só pelo crescente número de visitantes”, como na “cooperação direta”, mediante doações (Dumans, 1940: 217). Segundo Dumans, “a Diretoria teve de apelar para a generosidade particular, cuja assistência não lhe faltou, destacando-se pelos seus donativos as seguintes pessoas: Drs. Guilherme, Arnaldo,

Carlos e Otávio Guinle; Barão Smith de Vasconcelos, Sr. Manuel Mendes Campos, Dr. Julio Otoni, Sr. Mario de Oliveira, Sr. Cândido Souto Maior e Sra. Miguel Calmon" (Dumans, 1947).

Resultado de uma iniciativa oficial, articulado com determinada noção de história, sob a liderança de Gustavo Barroso, o Museu Histórico Nacional converteu-se também num espaço de articulação entre grupos sociais diversos, funcionando como uma instância do que Bourdieu denominou mercado de bens simbólicos (Bourdieu, 1987). Por meio das doações, alguns grupos sociais estariam materializando troca de objetos pouco palpáveis, como prestígio, honra, legitimidade.

O culto da saudade implicava uma visão nostálgica do passado, onde alguns momentos eram especialmente glorificados em detrimento de outros. Ao período do Império corresponderia um passado tranqüilo e magnífico. A civilização nos trópicos brasileiros teria sido aquisição da nobreza brasileira, consolidada durante o reinado de D. Pedro II, o monarca esclarecido e culto.

"Apesar do conceito quase generalizado de que a nossa Corte foi paupérrima e triste, sem o brilho dos salões nem o esplendor dos centros artísticos que a aproximassem das faustosas Cortes européias, não deixamos de ter algo de belo, de digno do título que ostentávamos, muitíssimo além de uma Corte formada na sua maioria, por elementos enobrecidos por mercê de dois Imperadores, num lapso de 67 anos, quando as Cortes da Europa, em boa parte, remontavam ao tempo das Cruzadas, e mesmo anteriormente a elas.

Há uma separação de séculos entre a Europa e nós. Séculos que puliram nomes de família. No entanto, nenhum príncipe ou jovem fidalgo, vindo ao Brasil durante o período imperial, saiu daqui constrangido por falta de civilidade ou de ambiente de uma verdadeira Corte. Bem pelo contrário! É de surpreender que dentro das condições locais, milhares de léguas marítimas da velha Europa, aqui tivesse brotado e se desenvolvido uma distinção que pouco distava daquela terra de origem do insigne visitante. (...) As carruagens utilizadas pelos nossos Imperantes atestam que o vimos afirmando. E não é imaginação enriquecida por uma fantasia exaltada. São documentos coesos (...)." (Rusins, 1941: 220-290).

O museu repetia ritualmente, por intermédio de seus objetos, a balada exemplar dos heróis. Modelos de indivíduos dedicados à nação, num espírito essencialmente missionário, deveriam ser exibidos e cultuados. Possuíam a força do mito, que, pela repetição, divulga e impõem valores, demarcando regras de funcionamento da estrutura social. No Museu Histórico Nacional, a história nacional era evocada como resultado da ação desses indivíduos sin-

gulares. Os objetos relacionados diretamente a eles, designados por “objetos gloriosos, mudos companheiros dos nossos guerreiros e dos nossos heróis”. (Barroso, *apud* Dumans, 1947: 1), sintetizavam histórias heróicas.

Na galeria desses heróis, duas figuras destacavam-se: Duque de Caxias - por intermédio do qual o papel do Exército, na formação da nacionalidade, era valorizado - e D. Pedro II -, enfatizando o papel do Estado e da nobreza enquanto grupo social capaz de conduzir o processo civilizatório.

Duque de Caxias representava o herói por excelência, “um verdadeiro herói epônimo do Brasil” (Barroso, 1942: 401). Consoante com uma vertente oficial da história, o Museu Histórico Nacional cultuava a figura de Caxias como o unificador nacional. Os “grandes feitos” dos heróis serviam para a perpetuação de valores morais por meio do ensino. No caso de Caxias, enfatizava-se o papel relevante do Exército para a manutenção da estrutura social.

D. Pedro II encarnava o monarca esclarecido, símbolo de abnegação, distinção e sabedoria; representava o homem público por excelência. Representação que se consubstanciava nos objetos - semióforos relacionados a sua pessoa. Ainda hoje esses emblemas imperiais configuram presença marcante no acervo do Museu Histórico Nacional.

Além dos grandes heróis, havia espaço para os de pequeno porte, capazes de com seus exemplos didáticos formar uma consciência cívica. Nos *Anais*, encontramos dois artigos focalizando pessoas comuns que se teriam notabilizado por atitudes patrióticas. O primeiro, intitulado “Um valioso presente para o Museu Histórico”, conta a história de um veterano soldado da Guerra do Paraguai que teria encontrado uma bandeira do Império servindo de tapete a Solano Lopez. O patriótico soldado guardou a bandeira consigo, doando-a ao *Jornal do Commercio* para que fosse colocada “num lugar onde todos (pudessem) vê-la e venerá-la”. Mais tarde, o jornal doou-a ao Museu Histórico Nacional. O artigo traz uma biografia do tenente, enfatizando seu heroísmo e amor à pátria e encerrando da seguinte forma:

“A preciosa bandeira foi recolhida ao Museu Histórico onde se encontra cuidadosamente guardada. O dito tenente vinha sempre ao Museu, nas datas comemorativas da entrada triunfal do Exército Brasileiro em Assunção. Ele parava sempre em frente à preciosa bandeira, que foi colocada na Sala Duque de Caxias, perfilava-se, batia continência e ficava alguns instantes em silêncio em frente à mesma. Depois, nunca mais apareceu. Foi dormir o sono tranqüilo dos que souberam amar e defender a sua pátria”. (*Anais*, 1942, vol. III - a partir de reprodução de uma notícia publicada no *Jornal do Commercio*, em 13 de setembro de 1922).

Assim, formou-se no Museu Histórico Nacional uma galeria de histórias exemplares. Reis, rainhas, condes, ministro de Estado, benfeitores do Museu Histórico Nacional, militares, escritores e pequenos heróis repousariam, lado a lado, por intermédio de suas inúmeras relíquias. Um perfeito santuário, com coroas de ouro, fios de cabelo, dentaduras, espadas, bandeiras, e toda sorte de objetos capazes de evocar e despertar a consciência cívica. Por meio de determinada representação do passado, um conjunto de idéias e valores era afirmado no presente.

A Introdução do Moderno Conceito de História

Barroso não ocultava sua intenção em fazer do Museu Histórico Nacional essencialmente um museu das elites. A elas atribuía a fundação da nação brasileira. Preocupado em estabelecer os marcos de origem, optou por privilegiar o momento de implantação do modelo centralizado e hierárquico do Estado Imperial português. Sua perspectiva caminhou no sentido de enfatizar as continuidades com esse modelo matricial, fixado no tempo no momento exato da elevação do Brasil à categoria de reino Unido de Portugal e Algarve. O Museu Histórico Nacional deveria representar, por meio de seus objetos - "mudos companheiros de nossos guerreiros e de nossos heróis" - a ação das elites na edificação nacional. A acepção da categoria elite no pensamento barrosiano indicava "o escol, a nata, aqueles que comandam, inauguram". Numa outra instância, em sua visão holista de sociedade, estaria o *povo*, "folk, aqueles que seguem", instância complementar e encompassada pela primeira - as *elites*. Barroso atribuía um valor à conservação de objetos destinados ao cultivo de uma memória do povo. Contudo, um museu que guardasse e conservasse as coisas do povo deveria ser de outro tipo: folclórico, ergológico. nesse museu, não haveria tanto a preocupação em demarcar uma origem para a nação. mas, sim, em determinar (e fixar) alguns traços que poderiam ser qualificados como singulares do *povo brasileiro*. Barroso escreveu extenso artigo sobre a proposta de um museu ergológico ou folclórico. Não chegou a efetivá-la.

Perseguindo as origens da nação, o diretor do Museu Histórico Nacional sedimentou na instituição uma História nacionalista com base no resgate de um passado heróico. No projeto de conservação de objetos emblemáticos dessa História, acolheu coleções representativas das elites identificadas com a fundação da nação brasileira. Assim, no Museu Histórico Nacional, ao contrário de serem enfatizadas as novidades advindas com a implantação do regime republicano, foram enfocados os vínculos, as continuidades com o Estado Imperial português. Numa perspectiva de culto, um período histórico sobressaiu-se dos demais: o Império. Personagens de uma tradição forjada no Império mereceram salas especiais, como D. Pedro I, D. Pedro II, Caxias, Osório, Tamandaré.

Além dos objetos recolhidos pelo próprio Barroso em estabelecimentos públicos, as doações de particulares tenderam a corroborar esse modelo. As elites formadas no Império formavam o segmento de maior penetração no Museu Histórico Nacional. Trocas rituais e simbólicas efetuavam-se por meio dessas doações, e a instituição muito contribuiu para reabilitar o prestígio ameaçado desse grupo social.

A Coleção Miguel Calmon³¹ - uma das maiores e mais expressivas coleções do Museu Histórico Nacional - representa de maneira singular algumas formas de perpetuação de uma elite associada à nobreza imperial em plena República. A tendência da nobreza, observada por Simmel no início do século de fechar-se em estreitos círculos marcados pela consangüinidade, de acentuar sua distinção dos demais grupos sociais, de privilegiar a relação com outros nobres extrapolando as fronteiras nacionais, de transmitir o valor da nobreza como legado ao longo dos tempos são algumas características perceptíveis na coleção. Sinalizando aspectos holistas no interior desse grupo social, a trajetória de Miguel Calmon - jovem membro das elites republicanas na Primeira República - é previamente demarcada, com continuidade ao longo dos tempos. O nome de batismo herdado do tio, Marquês de Abrantes, "estadista de dois Impérios", brasões, emblemas da nobreza e da família imperial constituem legados de valor simbólico: atualizar, por intermédio do jovem Miguel Calmon, o *ethos* da nobreza de seus ancestrais da corte imperial. Bens herdados ou atribuídos sinalizam a articulação dos nobres ao longo dos tempos.

Por outro lado, por meio de objetos adquiridos pelo "ministro mais jovem da República" é possível reconhecer a absorção de uma ideologia de progresso e modernização muito difundida na virada do século. Sintetizar-se com um tempo repleto de novidades, alterar o panorama da natureza, domesticando-a por meio de grandes obras que as invenções científicas tornaram factíveis, unir com trilhos e fios o imenso território ainda por dominar, enfim, construir a nação e as pessoas nacionalizadas emergem como as tarefas por excelência do homem público no período de fundação da República brasileira. Numa singular combinação entre o tradicional e o moderno, a coleção desse jovem político da Primeira República, sucessor do velho Marquês de Abrantes, fornece chaves para o entendimento de peculiaridades das elites entre nós.

Leques, fotografias, móveis, jóias, livros, enfim, umitivo de objetos sobreviveu ao tempo e foi preservado numa casa dedicada à memória da nação brasileira. Extrapolando as fronteiras de uma família ou de um segmento social, transformando-se de bem privado em bem público, todos esses objetos - ou semióforos - ao ingressarem no museu tornaram-se acessíveis aos cidadãos para o prazer estético de um simples olhar ou para deles

extrair conhecimento. Desse modo, o Museu Histórico Nacional passou a cumprir o papel de forjar uma consciência cívica no contexto de um “museu-memória” e de uma concepção ética e pedagógica da história.³²

Com a morte de Gustavo Barroso, o Museu Histórico Nacional entrou numa fase de decadência, e o “Museu de Barroso” foi sendo gradativamente desmontado. Segundo a historiadora Myriam Sepúlveda dos Santos³³, que focalizou as transformações ocorridas nesse período, a orientação imprimeu tendeu a privilegiar uma construção discursiva elaborada pelos técnicos onde a memória coletiva foi sendo eclipsada. Neste contexto, o circuito de exposições foi reformulado para dar lugar a uma história dos grandes ciclos, dos grandes processos estruturais, uma história sem rosto, sem personagens ou que no máximo, admitia personagens submetidos à sua lógica evolutiva. Rompia-se, assim, com as exposições baseadas nas “grandes coleções”. As salas dedicadas aos grandes personagens foram desmontadas, e os objetos, reunidos em depósito. Nesse novo formato de museu, pouca atenção era conferida às procedências dos objetos. Os grandes doadores não mais desfrutariam de quaisquer privilégios. O banimento dos indivíduos implicou à homogeneização dos objetos. Passava-se da vertente ética e pedagógica de história para a vertente moderna. Tornava-se mais importante a informação e a descrição dos regimes políticos e ciclos econômicos numa sucessão onde eram atribuídos os mesmo valores a todos os períodos.

Num primeiro momento, o museu passou a trabalhar com uma cronologia de sucessão de regimes políticos. Das aproximadamente 40 salas que expunham praticamente todo o acervo, restaram 12, em 1969, organizadas segundo a ordem abaixo discriminadas:

Sala Brasil-Colônia I; Sala Brasil-Colônia II; Sala Brasil-Colônia III;
Sala Brasil-Reino; Sala da Independência; Sala do Primeiro Reinado;
Sala do Segundo Reinado I; Sala do Segundo Reinado II;
Sala da Guerra do Paraguai I; Sala da Guerra do Paraguai II; Sala do
Ocaso da Monarquia I; Sala do Ocaso da Monarquia II

Os objetos passaram a figurar como ilustrações dessa narrativa histórica. Perderam assim - assinalava Myriam S. dos Santos - a capacidade de suscitar lembranças, deixaram de ser reminiscências capazes de provocar emoções. “A história que surge com a reforma do Museu Histórico Nacional de 1967 ordena cronologicamente os fatos relevantes, ganha o tempo enquanto seu objeto de estudo e possui como pressuposto o sentido de progresso, ainda que não completamente definido. Os nomes dos doadores deixam de aparecer nas salas, perdendo, com isso, o visitante, a noção da origem daqueles objetos, da cumplicidade existente na arrumação daqueles novos ambientes que pouco a pouco vão se firmando com um discurso neutro e científico.”

O fim do “Museu de Barroso”, onde os objetos eram reunidos para evocar a memória, fosse ela familiar ou nacional, foi portanto acompanhado por uma dilatação de uma percepção moderna de história. Nos últimos anos, profissionais especialmente treinados das áreas de museologia, história e ciência da informação iniciaram um trabalho técnico de catalogação, de tratamento e de conservação do acervo, *bem como de conceituação de um novo circuito de exposições permanentes e de exposições temporárias*. Com o auxílio de modernas técnicas de informática, os objetos foram processados. Os antigos depósitos foram ordenados. Surgiram as “reservas técnicas”. Nesse contexto, o “Museu de Barroso” permaneceu apenas como lembrança, tempo de fundação, passado já superado. O discurso histórico procurou a partir de então subordinar à sua lógica o potencial discursivo dos objetos. O objetivo principal passou a ser o de fazer a síntese da história da nação brasileira, obedecendo a uma concepção de tempo linear e progressiva.

Os objetos individualizados foram catalogados e classificados, nas reservas técnicas, de acordo com normas consideradas universais de tratamento e de preservação de acervos. De acordo com essas normas, privilegiou-se a reunião de objetos com a lógica da conservação, ou seja, o tipo de material: indumentária, louçaria, mobiliário, pinacoteca, etc. Nesse universo, a *relação dos objetos com seus possuidores originários* não foi mais problematizada.

Nas exposições, eles passaram a ser usados como símbolos, subordinados à narrativa histórica. Nessa concepção, apenas uma pequena parte do acervo museológico passou a ser exposta, ilustrando grandes textos afixados nas paredes. Passou a ser frequente também a realização de “ambientações” que, com a utilização de recursos cenográficos, procuram reconstituir maneiras de viver em períodos prefixados. Uma “sala estilo Império”, onde se procura retratar a maneira como se vivia no século XVIII, um “escritório hipotético de um empresário” nos áureos tempos do café são os dois maiores destaques desse tipo de solução museográfica atualmente no museu. Para a construção dessas ambientações foram recolhidos nas reservas técnicas, objetos tais como mobílias, relógios, candelabros, serviços de chá, pinturas, tomando-se critérios classificatórios, como período de fabricação e estilo.

Nesse gênero de museu, aponta Myriam Sepulveda dos Santos, a razão parece ser priorizada, e o irracional, banido dos objetos. “O ‘sentimento nostálgico’ capaz de reviver a tradição, de permitir uma identificação entre o ontem e o hoje, inexistente.” Ao procurar recompor o passado tal como ele hipoteticamente teria existido, cria-se uma nova realidade que nada tem a ver com o passado, mas apenas com um presente desmemoriado. As versões das salas e escritórios, criadas no museu para representar períodos determinados, de fato nunca existiram, são apenas visões idealizadas de um pretense passado. A *dissociação dos objetos com relação a seus possuidores originais* acarrete-

ta perda de informação, empobrecendo as leituras possíveis. “Um prato isolado não oferece o mesmo número de informações do que um prato junto a tantos outros - rasos, fundos, ovais, circulares - ou junto a um sem número de peças que constituam um aparelho antigo de jantar. Ele sozinho perde enquanto documento.”

Objetos Desmemoriados ?

O Museu Histórico Nacional seguiu o movimento dos tempos. A tendência em transformar os museus e instituições congêneres de “museus-memória” em “lugares de memória” parece ter sido uma tônica em todo o Ocidente. Foi uma transformação sutil mas de suma importância. Nos primeiros havia uma tentativa de articulação da instituição com a memória coletiva. No caso do Museu Histórico Nacional esta tentativa de articulação se dava por meio da construção da memória nacional. Nos segundos, passou-se a enfatizar uma linha evolutiva de narrativa histórica e os objetos deixam de ser evocativos para serem integrados a esta narrativa. Assim, uma espada usada na época pode servir para ilustrar a narrativa que fala da guerra do Paraguai, não há necessidade de mostrar a exata espada utilizada pelo general Osório pois o que importa não é mais o caso exemplar de Osório, mas o relato de um acontecimento entre outros da história nacional.

Mas até que ponto no caso do Museu Histórico Nacional, o esfacelamento do “museu-memória” levando à dissolução das grandes coleções não teria implicado também em perda de memória? Os personagens, as trajetórias individuais eram os fios condutores que conferiam sentido a muitas das coleções. Separando os objetos para fins técnicos é preciso tomar cuidado para não perder o sentido do conjunto que a noção de coleção conferia.

Se é certo que ao reformular radicalmente o “museu do Barroso”, o museu seguiu uma tendência cada vez mais pronunciada em instituições congêneres no Ocidente, essa constatação não nos exime de levantar questões e aprofundar uma reflexão que já é moeda corrente em contextos acadêmicos brasileiros, franceses e americanos: até que ponto a dilatação da percepção moderna da história vem acarretando a perda da memória coletiva? Até que ponto somos cúmplices neste processo de dissolução da memória?

Notas

1. Este artigo foi escrito a partir de algumas conclusões da dissertação de Mestrado “Sangue, Nobreza e Política dos Imortais: um estudo antropológico da Coleção Miguel Calmon no Museu Histórico Nacional” apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro

- (Museu Nacional) em 1990. Agradeço as sugestões dos membros da banca examinadora, Professores Luiz Fernando Duarte, Gilberto Velho e Afrânio Garcia Jr. Agradeço ainda as contribuições do cineasta Noilton Nunes.
2. Para maiores informações sobre as atuais divisões do acervo no Museu Histórico Nacional, consultar a edição especial de 1989 dedicada ao Museu Histórico Nacional patrocinada pelo Banco Safra, pág. 38-40.
 3. Koselleck distingue entre duas concepções de história. A primeira, chamada de vertente clássica ou antiga, foi dominante na Europa desde o Renascimento até o Iluminismo e traduz uma concepção que antes de se fundar no tempo como a moderna, estabelece um “espaço de experiências” onde podem ser reunidos exemplos, histórias excepcionais, extraordinárias, exemplares, em suma, capazes de fornecer orientação e sabedoria a todos os que delas venham a se aproximar. Trata-se de uma formulação ética e pedagógica da história, resumida na velha expressão de Cícero: *História Magistra Vitae* - história mestra da vida. A segunda vertente, moderna, tornou-se dominante a partir do final do século XVIII e baseia-se numa construção linear e progressiva do tempo, substituindo a noção de *ética* pela de *verdade*. Busca-se então uma visão realista do passado através da pesquisa rigorosa em documentos e testemunhos. (Araújo, 1988:28-55 e Koselleck, 1985)
 4. A esse respeito ver “O Conjunto Arquitetônico do Calabouço e o Museu Histórico Nacional” in: *O Museu Histórico Nacional*, SP, Banco Safra, 1989. Sobre a Exposição do Centenário e as exposições que ocorreram no século passado, ver Neves, 1986 e Foot Hardman, 1988.
 5. Os debates que se travaram sobre a derrubada do Morro do Castelo foram fartamente documentados por Motta, 1992.
 6. Foot Hardman, 1988:49.
 7. Neves, 1986
 8. Barroso, *apud* Dumans, 1947.
 9. Motta, 1992:72-73
 10. Schwartz, 1990:3.
 11. Stocking, 1985:3-13.
 12. Schwartz, 1990:9.
 13. Schwartz, 1990:10
 14. Schwartz, 1990:11.
 15. Dumans, 1940
 16. Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa nasceu em Umbuzeiro (PB) em 1865 e faleceu em Petrópolis (RJ) em 1942. Representante das oligarquias do norte, foi eleito em 1919 para a Presidência da República, cargo em que permaneceu até 15 de novembro de 1922, quando transmitiu o cargo a seu sucessor, Artur Bernardes.
 17. Silveira, 1988: 118.
 18. A participação de Gustavo Barroso no movimento integralista foi de peso. Barroso era um dos principais líderes, integrando a cúpula integralista. Segundo dados do Dicionário Histórico Biográfico, “enquanto a maioria dos teóricos do integralismo se inspirava no fascismo italiano e português, Gustavo Barroso tinha posições do

bem mais próximas da doutrina alemã. Claramente anti-semita - em seu livro de memórias intitulado *O Liceu do Ceará* chegou a criticar os judeus à nível da vida cotidiana -, Barroso expôs suas posições principalmente em *Brasil, colônia de banqueiros* obra lançada em 1934 e bem recebida pelo semanário anti-semita alemão *Der Stürmer*, lançada pelo "papa" do racismo, Julius Streicher, tendo sido considerado pelo jornal nazista *Deutsche La Plata Zeitung*, de Buenos Aires, como o *fubrer* do integralismo brasileiro. Por isso mesmo, foi o único elemento do integralismo que disputou a liderança com Plínio Salgado."

19. Barroso, 1939: 26.
20. Barroso, 1939. Os grifos são meus.
21. Barroso, 1939:13.
22. Sobre o Romantismo alemão ver Burke, 1989.
Sobre a influência do Romantismo alemão no Brasil, especialmente entre os folcloristas, ver Ortiz, 1991, Mello e Souza, 1983, Cavalcanti, 1992
23. Koselleck faz extensa análise sobre essa vertente historiográfica em Koselleck, 1985
24. ver Santos, 1989
25. Barroso, apud Dumans, 1947:10
26. Santos, 1940.
27. Idem
28. Idem
29. Idem
30. Barroso apud Dumans, 1947:10
31. Sobre a história da coleção Miguel Calmon ver *A Fabricação do Imortal* de minha autoria, editado pela Rocco/Lapa, 1996.
32. Nora, 1984.
33. Santos, 1989.

Bibliografia

- ABREU, Regina. A fabricação do imortal. Rio de Janeiro : Lapa/Rocco, 1996.
- ABREU, Regina. Sangue, nobreza e política no tempo dos imortais. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em antropologia social da UFRJ(Museu Nacional), 1990.
- ABREU, Regina. Por um museu de cultura popular. *Revista Ciência em Museus*, Belém: Museu Goeldi/CNPQ, v.2, 1990.
- _____. Os museus enquanto sistema : por uma revisão da contribuição de Gustavo Barroso. In: *Ideólogos do patrimônio cultural*. Rio de Janeiro : Departamento de Promoção/IBPC, 1991. (caderno de Debates).
- ANAIIS DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. Rio de Janeiro : MHN, 1940-1975.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Ronda noturna : narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. Rio de Janeiro : vértice, 1988. (*estudos históricos*, 1).

- BARROSO, Gustavo. "Arquitetura Nacional". *Anais do Museu Histórico Nacional*, v.3, 1942d.
- BARROSO, Gustavo. "A carreira de conservador "...*Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. VIII, 1947.
- BARROSO, Gustavo. "Classificação geral dos móveis antigos". *Anais do Museu Histórico Nacional*, v.4, 1943b.
- BARROSO, Gustavo. A coleção Miguel Calmon no MHN. Rio de Janeiro : Imp. Nacional, 1944.
- BARROSO, Gustavo. Coração de menino. Rio de Janeiro : Getúlio M. Costa, 1939.
- BARROSO, Gustavo. "A defesa do nosso passado". *Anais do Museu Histórico Nacional*, v.4, 1943a.
- BARROSO, Gustavo. "Esquematização da história militar no Brasil". *Anais do Museu Histórico Nacional*, v.3, 1942b.
- BARROSO, Gustavo. "A heráldica dos vice-reis". *Anais do Museu Histórico Nacional*, v.3, 1942a.
- BARROSO, Gustavo. Introdução à técnica de museus. Rio de Janeiro : Olímpica, v.1, 1946.
- BARROSO, Gustavo. Museu Ergológico Brasileiro. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v.3, 1942c.
- BARROSO, Gustavo. "A presença do Império em Buenos Aires". *Anais do Museu Histórico Nacional*, v.6, 1945.
- BARROSO, Gustavo. O quarto império. Rio de Janeiro : José Olympo, 1935.
- BARROSO, Gustavo. "Tocante solenidade". *Anais do Museu Histórico Nacional*, v.3, 1942f.
- BARROSO, Gustavo. "Um valioso presente para o MHN". *Anais do Museu Histórico Nacional*, v.3, 1942e.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. Obras escolhidas - Magia e Técnica, Arte e Política. São Paulo : Brasiliense, 3ª ed., 1987.
- BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo : Perspectiva, 1974.
- BOURDIEU, Pierre. La distinction : critique sociale du jugement. Paris : Minuit, 1979.
- BOURDIEU, Pierre ; DALBEL, Alain. L'amour de l'art. Les musées d'art européens et leur public. Paris : Minuit, 1969.
- CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas. O imaginário da República no Brasil. São Paulo : Companhia das letras, 1990.
- DUARTE, Luiz Fernando D. "Três ensaios sobre pessoa e modernidade". *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, nova série, n. 41, 1983.
- DUMANS, Adolpho. "O MHN através dos seus 19 anos de existência". *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, 1940.
- DUMANS, Adolpho. "A idéia da criação do MHN". Rio de Janeiro : Olímpica, 1947. (publicações do MHN).
- DUMONT, Louis. O individualismo. Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro : Rocco, 1985.
- DUMONT, Louis. Homo hierarchicus. Paris, France : Gallimard, 1966.
- ELIAS, Norbert. La civilisation des mœurs. *Collection Archives des Cientes Sociales*. Paris : Calmann-Lévy, 1973.

- GARCIA Jr., Afrânio Raul. "O Brasil como representação". *Comunicação*, Rio de Janeiro : PPGAS/UFRJ, n.6.
- GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro : Zahar, 1978.
- GONÇALVES, José Reginaldo. "A autenticidade, memória e ideologias nacionais : o problema dos patrimônios culturais". Rio de Janeiro : Vértice, 1988. (*Estudos históricos*, 2).
- GUIMARÃES, Manoel L. S. Nação e civilização nos trópicos : O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. Rio de Janeiro : Vértice, 1988. (*Estudos históricos*, 1).
- HOBBSAWM, Eric. A era dos impérios. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.
- KSELLECK, Reinhart. História magistra vitae : The dissolution of the topos into the perspective of modernized historical process. *Future Past*, Cambridge : The MIT Press, 1985.
- LE GOFF, Jacques. Memória/história. *Enciclopédia Einaudi*, 1983.
- MAUSS, Marcel. "Ensaio sobre o dom". *Sociologia e Antropologia*, São Paulo : EDUSP, v.1, 1974.
- MEYERSON, Ignace. "Le temps, la mémoire et l'histoire. *Coloque du Centre de Recherches de Psychologie Comparative*, Paris, 1960.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. Problèmes d'historiographie ancienne et moderne. Paris : Gallimard, 1983.
- NEVES, Margarida de Souza. As vitrines do progresso. Rio de Janeiro, 1986. (relatório FINEP).
- NORA, Pierre. Les lieux de mémoire bibliothèque illustrée des histoires. Paris : Gallimard, 1984.
- POMIAN, K. Coleção. *Enciclopédia Einaudi*, 1983.
- SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. História, tempo e memória : um estudo sobre museus a partir da observação feita no Museu Imperial e no Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro : IUPERJ, 1989. mimeo.
- SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. O nascimento dos museus no Brasil - (1870-1910), 1989. mimeo.
- SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. Os Institutos Históricos e Geográficos Brasileiros - (1830-1930) : "Os guardiões de nossa história oficial", 1989. mimeo.
- SIMMEL, Georg. On individuality and social forms. Chicago : The University of Chicago Press, 1971.
- STOCKING Jr., George W. Objects and others, Essays on Museums and material culture, history of antropology. Wisconsin : University of Wisconsin Press, v.3, 1985.
- SUANO, Marlene. O que é museu ?. São Paulo : Brasiliense, 1986. (coleção Primeiros Passos).

As opiniões e conceitos emitidos nesta publicação são de inteira responsabilidade de seus autores não refletindo necessariamente o pensamento oficial do Museu Histórico Nacional.

É permitida a reprodução desde que citada a fonte e para fins não comerciais.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

Praça Marechal Âncora, s/nº

Centro - Rio de Janeiro - RJ

CEP 20021-200



BRASIL
GOVERNO FEDERAL